

BUENO, LUZIA. **Os gêneros jornalísticos os livros didáticos**. Campinas, SP. Mercado das Letras, 2011.

Resenhado por Rosana Cristina Mattiassi (PG) - USF

A autora deste livro é professora do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade São Francisco na cidade de Itatiba-SP e atualmente é coordenadora institucional do PIBID-CAPES. É doutora em Linguística Aplicada pela PUC-SP e é membro dos grupos ALTER-CNPQ (Análise da Linguagem, Trabalho Educacional e suas Relações) sob a coordenação de Anna Rachel Machado e LAF (Langage, Action et Formation) sob a coordenação de Jean-Paul Bronckart, desenvolvendo pesquisas nas linhas de linguagem, discurso e práticas educativas com foco principal nas relações linguagem e trabalho, linguagem e ensino de língua materna. Possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Campinas (1991), graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1994), mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (2002), fez um estágio de doutorado em Ciências da Educação - University of Génève (2006), sob a orientação do professor Jean-Paul Bronckart. Tem experiência nas áreas de Educação e Linguística, com ênfase em Linguística Aplicada, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino de gêneros textuais, leitura e escrita, linguagem e trabalho do professor.

O livro ora resenhado faz parte da Série Ideias Sobre Linguagem que pretende socializar, com estudiosos e profissionais ligados a estudos sobre a linguagem, os trabalhos de qualidade que de certa forma ficam restritos ao âmbito da pós-graduação.

A obra foi constituída a partir da dissertação de mestrado da autora que, ao focar a apresentação de gêneros jornalísticos no livro didático de português, evidenciados nos documentos como os PCN e PCNEM nos quais se coloca o gênero dos textos como um dos eixos articuladores da língua oral e escrita, questiona se essa inovação aparente é uma inovação de fato e se o inevitável processo de didatização dos gêneros interfere na sua apresentação de tal forma a subverter o próprio gênero que tenta ensinar.

Para buscar respostas aos seus questionamentos, Luzia Bueno buscou dados a partir da análise de sete coleções destinadas às quatro séries finais do Ensino Fundamental que foram selecionadas inicialmente a partir do resultado da análise de 120 livros didáticos de Português feito pelo governo no PNLD ( Programa Nacional do Livro Didático). O segundo critério utilizado foi selecionar coleções em que todos os volumes, das quatro séries, estivessem como recomendados com distinção ou recomendados na avaliação de MEC.

Com o intuito de expor os resultados da pesquisa realizada e as conclusões, a autora subdividiu o livro em cinco capítulos, apresentando no primeiro capítulo, de forma sucinta e didática, o referencial teórico adotado – o interacionismo sociodiscursivo da escola de Genebra, que fornece a instrumentação analítica para determinar quais os elementos definidores dos gêneros.

Lembra que o ensino de Língua Portuguesa tem passado por várias mudanças: do excessivo predomínio da gramática ao ensino da teoria da comunicação e atualmente é o texto que ganha destaque. Nesta direção, os PCNs apresentam uma perspectiva de trabalho em que o gênero tem papel importante e está presente em todas as atividades de escrita, leitura e reflexão linguística. Porém, o conceito de gênero não fica tão claro uma vez que são apresentados como um conceito claro e único.

Para clarificar este conceito, a autora retoma a história do conceito de gênero que vem sendo discutido desde Platão e Aristóteles, passando pelas discussões na Literatura, pela Retórica e afirma que a preocupação com o gênero em linguística é recente. Inicialmente a linguística preocupava-se com os estudos das unidades menores que o texto e ao passar a investigar o texto, surge a problemática dos gêneros.

Ainda não há uma única visão sobre os gêneros e, segundo Bronckart (1999), isso ocorre devido a diversidade de critérios que se levantam quando se trata de definir os gêneros e também porque os gêneros estão em constante movimento – sumindo ou alterando-se para adaptar-se às novas necessidades sociais.

Como fundamentação, a autora toma as discussões sobre gêneros partindo dos escritos de Bakhtin e dos trabalhos de pesquisas do grupo de Genebra como Jean –Paul Bronckart, B. Schneuwly e J. Dolz. Apóia-se ainda no modelo de textos apresentado por Bronckart(1999) que tem sido utilizado de base para construção de teorias didáticas para o ensino da língua materna em Genebra e no Brasil.

Ao assumir o modelo proposto por Bronckart, a autora considera que um falante, em uma dada situação de comunicação, adota um gênero textual e o adapta a fim de produzir o seu texto, o qual pode ser analisado, considerando-se que ele é um composto por um folhado textual, no qual encontramos uma infraestrutura textual ( com plano global do conteúdo temático, uma articulação entre tipos de discursos e

sequências), mecanismos de textualização (coesão nominal e verbal, conexão) e mecanismos enunciativos de modalização e vozes. Assim, na análise de um texto, pode-se observar a situação de produção, infraestrutura textual, mecanismos de textualização e vozes.

Reforça que, para ocorrer o domínio dos gêneros, é necessário realizar um trabalho pedagógico e sugere o uso de seqüências didáticas conforme proposto por Dolz e Schneuwly (2004) que implica não só em levar o aluno a produzir melhores textos de vários gêneros, mas também a compreendê-los melhor, visto que essa abordagem dos gêneros permitirá o desenvolvimento das capacidades de linguagem.

A seqüência didática começa com a verificação do que o aluno já sabe sobre o gênero. A seguir, trabalham-se as várias características do gênero selecionadas para a série do aluno e de acordo com o que ele desconhece, apresentando bons textos e atividades de reestruturação. Finalizando a seqüência, o aluno produz textos para que se possa identificar o quanto ele se desenvolveu e o professor possa saber o que ainda deve ser trabalhado.

O trabalho constante com o gênero trará benefícios tanto para a produção de textos quanto para a leitura e o domínio de gêneros tem grande importância no processo de inserção social do aluno na sociedade, uma vez que será por meio do uso adequado dos gêneros em cada situação que o aluno conseguirá se colocar diante de seus interlocutores como ouvinte/leitor ou falante/escritor.

Para realizar as análises no capítulo 2, Bueno retoma inicialmente a história do livro didático no Brasil e o atual processo de avaliação destes livros afirmando que essa história sempre esteve ligada a políticas públicas, podendo ser dividida em três momentos.

No primeiro momento (1500 – 1930), não se encontravam políticas públicas claras sobre o livro didático. Eles eram destinados ao ensino superior e, quando não eram importados, constituíam traduções de manuais estrangeiros. Em oposição a esta importação, autores brasileiros propuseram-se a escrever livros adequados ao nosso país. Somente em meados do século XIX surgem os primeiros livros didáticos nacionais.

É, no segundo momento (1930 – 1985), que o governo assume diretamente as políticas públicas sobre o livro didático encarregando-se da compra e distribuição dos livros, visando a um controle mais ideológico que pedagógico. A qualidade do livro não constituía empecilhos para sua compra, uma vez que não havia uma comissão ou grupo governamental que os avaliasse. Além disso, a situação das editoras era bastante cômoda uma vez que podiam produzir e vender um mesmo livro por anos a fio, mesmo que ele recebesse críticas de especialistas.

Com a criação do Programa Nacional do livro didático (PNLD) inicia-se o terceiro momento (1985 em diante). Este programa tem como objetivos básicos a aquisição e distribuição, universal e gratuita, de livros didáticos para alunos da escola pública do ensino fundamental.

Durante a década de 1990, o governo começou a discutir a qualidade do livro didático com o Plano Decenal de Educação para Todos que tinha entre suas metas capacitar professores para a seleção destes livros. Em 1993, o governo formou uma comissão de especialistas para avaliar a qualidade dos livros didáticos mais solicitados pelos professores. Em 1995, o governo instituiu a análise e avaliação pedagógica dos livros a serem escolhidos e adotados pelas escolas e distribuídos pelo PNLD. Formaram-se, então, comissões por área do conhecimento, compostas por professores com experiências nos três níveis de ensino.

Os livros analisados foram classificados em 4 grandes categorias: *excluídos* (livros que apresentavam erros conceituais, indução a erros, desatualização, preconceito ou discriminação de qualquer tipo); *não – recomendados* (constituído pelos manuais nos quais a dimensão conceitual se apresentasse com insuficiência e comprometesse sua eficácia didático-pedagógica); *recomendados com ressalvas* (livros com qualidades mínimas que justificavam sua recomendação, mas que apresentavam problemas que poderiam comprometer sua eficácia); *recomendados* (aqueles que cumpriam corretamente a sua função, atendendo princípios comuns e específicos e critérios relevantes da área).

Tais resultados foram apresentados a toda sociedade por meio de encaminhamentos à editoras de laudos técnicos, debates na mídia e pela criação de um Guia de Livros Didáticos.

Em 1997, houve uma nova avaliação onde se acrescentou mais uma categoria: recomendações com distinção para coleções que apresentassem propostas pedagógicas elogiáveis. Em 1999, eliminou-se a categoria de *não-recomendado* e acrescentou-se como critério de exclusão, a incorreção e incoerência metodológicas.

A autora aponta ainda que no início deste processo avaliativo, ainda que as editoras reclamassem do processo de avaliação, acabaram aderindo ao programa devido à repercussão que a avaliação obteve na mídia e pela conseqüente interferência que esta pode causar na escolha dos professores uma vez que a cada ano os livros que ficam entre os melhores classificados são os mais solicitados pelos professores.

No terceiro capítulo, a autora expõe parte dos resultados das análises das 7 coleções de livros didáticos escolhidos, demonstrando a estruturação livro didático atual, seguindo com a apresentação da relação do livros didáticos com os gêneros e finaliza com a discussão sobre a forma como os gêneros foram abordados.

Em relação a estrutura do livro didático, afirma que 5 das coleções analisadas seguem o modelo da década de 1960, apresentando, com poucas variações, as seguintes seções: leitura, compreensão e interpretação de texto; estudo do vocabulário; estudo de tópicos gramaticais e produção de textos.

Embora haja variações em relação à estrutura das unidades e ao tratamento dos textos, os tipos de atividades propostas nos 7 coleções são sempre as tradicionais; as diferenças nas atividades reside na denominação que cada autor deu para as seções no interior das unidades e no tratamento dado aos gêneros na sua apresentação e nas atividades apresentadas.

Percebe-se ainda que a colocação dos PCNs a respeito da necessidade de uma diversidade textual está sendo contemplada, uma vez que a maioria das coleções analisadas usa a diversidade como um critério de seleção de textos. Contudo, ainda há uma forte preocupação com o tema. Nota-se também que os gêneros literários ainda são predominantes, mas os gêneros da mídia também já têm o seu destaque muitas vezes como o texto principal da unidade.

Quanto a forma como os gêneros da mídia foram abordados, constatou-se que eles não mantêm as mesmas características que encontramos nas situações de comunicação das quais eles fazem parte, pois sofrem modificações e aparecem retextualizados: são acrescentados ilustrações ou explicações, há cortes de partes ou acréscimos de outras, troca de títulos, não apresentam a diagramação e recursos gráficos originais do veículo em que foi originalmente apresentado.

Essa forma de tratar os gêneros da mídia faz com que os textos desses gêneros assumam somente um caráter didático, perdendo as outras características que garantem o seu uso em situações reais de interação.

É no quarto capítulo que a autora traz a análise das atividades desenvolvidas com os gêneros da mídia impressa nas 7 coleções analisadas e aponta que os gêneros da mídia aparecem nos livros didáticos como o segundo grupo de gêneros mais usados, depois dos gêneros literários. Contudo, nas atividades não é o gênero que é explorado; na leitura, compreensão e interpretação e também nas produções de textos, trabalha-se o tema, havendo pouca exploração da estrutura destes gêneros.

As conclusões da análise e uma reflexão sobre a relação entre o livro didático e a Linguística aplicada são apresentadas no capítulo 5. Bueno afirma que essa inclusão de gêneros das mídias ocorre devido à necessidade dos livros didáticos obterem a legitimidade por meio de uma adequação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, os PCNs e ao PNLD.

Entretanto dois problemas sérios acontecem nesta adequação: a retextualização didática e a adaptação de textos antigos para exemplificar os gêneros atuais e a forte preocupação em definir o gênero ou reduzi-lo a algumas de suas características.

Bueno conclui que não se estuda o gênero nos livros didáticos analisados, mas como responder questões sobre um texto, nem se estudam os recursos lingüísticos de um texto de certo gênero, mas a gramática tradicional ilustrada com palavras em um texto o que comprova a distância entre o que sugerem os PCN (trabalhar textos reais para que se possa ver a língua em uso) e o que fazem os livros didáticos ao recriarem os textos, desconsiderando o uso real da língua que foi feito por intermédio de um texto.

Essa distância pode ser explicada, segundo a autora, por que o texto do PCNs não traz uma conceitualização sobre gêneros clara, o referencial teórico também não permite um diálogo entre as teorias que utilizam os conceitos de gêneros, discursos, tipos de discursos, tipos de textos, etc. Esta obscuridade não permite que muitos especialistas e professores percebam tais falhas e assumem o discurso dos PCNs como correto, novo e completo.

Por ser inovador, a tendência é incorporar este discurso às práticas educativas. É certo que há uma variação de gêneros de textos, mas a forma de explorá-los ainda é a tradicional que não possibilita os alunos desenvolverem as capacidades de linguagem de ação, discursivas ou lingüístico-discursiva as quais permitem ao aluno tanto produzir quanto compreender melhor um gênero.

A autora ainda questiona a distância que os resultados as pesquisas acadêmicas apresentados em forma de dissertação, teses e artigos têm do professor, que só consegue dele se aproximar numa pós-graduação. A divulgação deste conhecimento fica a cargo do governo e ele não acontece de maneira eficiente.

Frente a isso, notamos que essa obra tem grande relevância para a leitura de professores e autores de livros didáticos, os quais poderão escolher e produzir melhor os seus materiais didáticos visando a realmente levar os alunos a desenvolverem as suas capacidades de linguagem.